



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
"Casa de Epitácio Pessoa"
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



Ata



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS EM CONJUNTO COM A CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, COM OBJETIVO DE DISCUTIR AS REMOÇÕES FORÇADAS E O DESPEJO ZERO, OBJETO DE ANÁLISE DO FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA, REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2023.

Às nove horas do dia vinte cinco do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, no Plenário "José Mariz, sob a presidência da Deputada Cida Ramos, realizou-se Audiência Pública, com objetivo de Discutir as remoções forçadas e o despejo zero, objeto de análise do Fórum Nacional de Reforma Urbana que estará em missão em João Pessoa nos próximos dias 24 e 25 do mês em curso. "Sob a proteção de Deus e em nome do povo Paraibano", a Sra. Presidente declarou aberta a presente Audiência Pública. Em oportunidade, convidou para compor a Mesa, o vereador Marcos Henrique; o Procurador José Godoy Bezerra Sousa; o Defensor Chefe da Defensoria Pública da União e Defensor Regional Titular dos Direitos Humanos, o senhor Edson Júlio de Andrade Filho; a Defensora Pública da Paraíba, a senhora Fernanda Peres da Silva; o Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, o senhor André Carneiro Leão; a senhora Dayse Ribeiro, representando a campanha "Despejo Zero"; o Coordenador Geral de Articulação e Planejamento da Secretaria Nacional de Periferias e



Cidades, o senhor Flávio Tavares; o professor Alexandre Nascimento, representando o Observatório das Metrópoles, núcleo Paraíba; a senhora Lúcia Madruga, representando o Fórum Estadual de Reforma Urbana, e a senhora Karla Moroso, representando o Fórum Nacional de Reforma Urbana. Na sequência, foi feito 1 minuto de silêncio em homenagem às vítimas da COVID-19. A presidente leu o Edital de Convocação e justificou a ausência do presidente da Casa, deputado Adriano Galdino. O 1º secretário, o vereador Marcos Henrique, leu o Expediente em Mesa. Em seguida, registrou as presenças da senhora Eliane Alves da Silva, membro do Clube de Mães Sonho Verde; da senhora Maria do Céu Palmeira, representando a Defensoria Pública da Paraíba; da senhora Adaílida da Silva, da Comunidade Nova Morada; da senhora Janaína, do Clube de Mães do Aratu; do senhor Luís Nunes, representando o deputado Luiz Couto; a senhora Ana Cristina Figueiredo de Carvalho, da Superintendência do Patrimônio da União; da Conselheira Tutelar Verônica Oliveira, da região de Mangabeira; do senhor Luciano Anselmo Gonçalves, da Comunidade Padre Hilton Bandeira; da senhora Raissa Holanda, representando a Território Porto do Capim; do senhor João Batista, representando a Ocupação João Pedro Teixeira; da senhora Josimeire Rodrigues, representando a Ocupação Ricardo Brindeiro; do senhor Severino do Ramo, Vice-presidente da União Campinense das Equipes Sociais de Campina Grande; e da senhora Milena Stefanie, assistente social da Comissão da Secretaria de Direitos Humanos. A deputada Cida Ramos registrou ainda as presenças dos servidores do Ministério Público Federal, os senhores Joalisson Porto, Liliane e Pablo Honorato. Convidou, em seguida, a senhora Ana Paula, da base Interativa Habitação para compor a Mesa. A deputada Cida Ramos referiu-se à simbologia da presente audiência pública, a qual preza por um olhar diferenciado às minorias. Relatou que a moradia é um direito humano universal garantido por lei. Declarou que precisam descriminalizar tais pessoas, visto que os mesmos buscam apenas este direito. Pronunciou que seu papel, como parlamentar, é lutar por tais direitos. Declarou sobre a importância do lar e o grande déficit habitacional. Proferiu que tal problema é devido à alta especulação imobiliária. Declarou que a luta por moradia sempre foi criminalizada ao longo da história, mesmo que seja um direito universal. Proferiu que precisam dar dignidade a estas pessoas. Finalizou com uma frase de



Guimarães Rosa, o qual fala sobre a coragem para viver. Em seguida, o vereador Marcos Henrique proferiu que o direito à moradia é um tema recorrente no âmbito das políticas públicas devido ao grande déficit habitacional. Relatou que os conflitos fundiários refletem a falta de prioridade dos governos em relação às políticas sociais e a desigualdade social. Pronunciou que as raízes do problema são a especulação imobiliária, a concentração de terras nas mãos de poucos e o crescimento desordenado das cidades. Relatou que o direito à moradia digna é fundamental e universal. Exemplificou alguns loteamentos ocupacionais. Pronunciou que a falta de prioridade para com a causa é algo perceptível. Declarou que o “Programa Minha Casa Minha Vida” tem sido destruído ao longo dos anos e substituído pela política de mercado que segrega os mais pobres e estimula a especulação imobiliária. Proferiu que é colocada valor suficiente na Lei Orçamentária Anual para a construção de habitações, porém tal capital não é investido neste fim. Declarou que a prefeitura de João Pessoa tem incentivado tal especulação imobiliária e ao mesmo tempo nega a Reforma Urbana. Relatou que o Plano Diretor não apresenta nenhuma alternativa para habitação popular, meio ambiente e mobilidade urbana. Declarou que impuseram ao Porto do Capim, à Comunidade São Rafael e às comunidades inclusas do Complexo Beira Rio um projeto que fere o direito da população à moradia. Finalizou declarando que as ocupações existentes passaram a ser vistas como irregulares, quando fora do período eleitoral. Em seguida, registrou as presenças dos estudantes do curso de jornalismo da UFPB; da senhora Marlí, da “Marcha da Negritude”; da senhora Cláudia Alves Bezerra, do Assentamento Margarida Alves; do senhor Getúlio Vargas, presidente do CONAN e membro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos; do senhor André Leite; da senhora Claudete Nena, representando a Comunidade Tradicional da Praia da Penha; da senhora Suzana Lima dos Santos, representando o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado da Paraíba; da senhora Doraci Vieira, do Fórum Paraibano de Luta por Pessoas com Deficiência; da senhora Karine Oliveira, representando o Instituto Soma Brasil; e do senhor Kelson Galdino dos Santos. A deputada Cida Ramos convidou o senhor Alexandre Nascimento, representando o Observatório das Metrópoles, núcleo Paraíba, para subir à tribuna. O orador proferiu que tal situação não é um caso isolado. Pronunciou que cada vez mais a cidade se torna mais hostil para



com esta situação. Declarou sobre a importância desse momento com a presença de tantos órgãos e lideranças importantes. Explanou que a cidade possui aproximadamente 64 bairros, dos quais 59 possuem assentamentos precários. Declarou que o aumento da concentração de terras tem aumentado. Relatou que há muitos vazios urbanos e estes não cumprem a função social de habitação, sendo destinados ao setor imobiliário e turístico. Declarou que a política de estado atual nega o direito à moradia. Relatou que muitos assentamentos foram construídos há anos e não possuem qualquer tipo de infraestrutura necessária. Declarou que, quando acabam as terras para o setor imobiliário, tais habitações comam a ser cobichadas. Relatou que a Secretaria de Planejamento está acoplada ao mercado imobiliária da construção civil. Proferiu que o Plano Direito não contempla o direito à habitação popular, e que cogitam transferir tais assentamentos para a região metropolitana. Declarou que a cidade está sendo voltada para os moradores de alta renda os quais estão vindo morar aqui. Relatou ainda, que o direito à moradia básica cabe àqueles que já são habitantes e trabalham em prol da cidade. Pediu para que seja feita uma rede de apoio maior junto à justiça. Em seguida, a senhora Karla Moroso, representando o Fórum Nacional de Reforma Urbana, explanou que tal rede é uma colisão de movimentos sociais que atuam desde 1960 para a Reforma Urbana e o direito à cidade a todos. Referiu-se à Campanha do Despejo Zero, a qual reúne mais de 120 organizações as quais se uniram por esta causa durante a Pandemia. Proferiu que a Campanha Despejo Zero junto ao Fórum Nacional de Reforma Urbana e ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos organizaram missões em todo o Brasil a partir dos dados de despejo no país. Referiu-se à gravidade de tais despejos. Relatou sobre o encerramento hoje de um ciclo na Paraíba e agradeceu a acolhida de todos. Declarou que a metodologia das missões possui 3 momentos: a escuta das comunidades, o diálogo com as autoridades e a visibilidade através das audiências públicas, a fim de criarem acordos. Proferiu que a missão passou por outros locais como Manaus, Rio de Janeiro, Fortaleza, Goiânia, Natal, Recife, dentre outros. Declarou que quase 12 mil famílias estão ameaçadas de despejos, e que tais dados são subestimados. Relatou que visitaram 4 comunidades em João Pessoa, e que tal situação é bastante preocupante, haja vista que não possuem acesso aos serviços de saúde, transporte e condições higiênicas. Declarou que as políticas públicas



não prezam pela construção de moradias e que precisam utilizar de prédios sem uso em localizações centrais como fim de moradia para esta população. Relatou que o poder público federal precisa se ater a estas alternativas. Pronunciou que o principal violador do direito à moradia na cidade de João Pessoa é o poder público municipal, o qual prioriza apenas o mercado imobiliário. Pronunciou que o Plano Diretor Municipal precisa contemplar o direito habitacional. Finalizou relatando que a missão foi linda e que precisam continuar nesta luta. O vereador Marcos Henrique registrou as presenças de Flávio Gomes, do Instituto Voz Popular da Comunidade São Rafael; de Fernando Jordão da Silva, representando a Federação Paraibana de Movimentos Comunitários; de João Batista, da Coordenação Nacional dos Movimentos de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas; de Rogério Maciel, advogado do MLT; de Iara Guimarães, da Associação de Mulheres do Amanhã do Aratu; de Daniel Gomes da Silva, coordenador do Moradia Mãos Dadas; de Arlenilde Aguiar e Miranda Cândido, auditoras da Assembleia Legislativa da Paraíba; de Anderson Ernani de Oliveira, de Jacarapé; de José Marcos, representando a Fundação Margarida Maria Alves; de Gleison Melo, do Movimento dos Trabalhadores por Direito; de Cibele Araújo Nascimento, da Associação Mãos Dadas; de Pedro Severino, o qual está aniversariando hoje; de Jaimar Medeiros, do Sindifisco; de Valdecir Vicente, da Comunidade São Geraldo do Rangel; de Telma Maria, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia; de Sebastião Felinto, da Comunidade da Pesca de Cabedelo e do Movimento da Luta por Moradia em Cabedelo; e Edvaldo, da Comunidade São Rafael. Na sequência, a senhora Lúcia Madruga proferiu sobre a importância desse momento. Relatou que o direito à moradia está sendo negligenciado. Pronunciou que além disso, outros direitos também não estão sendo garantidos. Declarou que o despejo de uma família é desumano. Pronunciou que escutou um relato de um senhor o qual disse que tiraria a vida caso retirassem a casa dele, e demonstrou a importância do impacto de tal ação. Relatou que os problemas de todos são os mesmos, que diz respeito à violação de seus direitos básicos. Pronunciou que ninguém entende a importância de cada habitação. Relatou que a questão não é apenas a moradia e sim as demais questões básicas como saúde e infraestrutura. A deputada Cida Ramos registrou a presença de Jucelina, do Jardim da Esperança de Bayeux. Em seguida, a senhora Josimeire



Rodrigues proferiu que a está representando a Ocupação Ricardo Brindeiro. Declarou que este local foi onde ela encontrou para morar com seus filhos há 20 anos. Relatou que se emocionou com a fala de Lúcia Madruga, a qual se refere aos outros problemas típicos dessas ocupações. Pronunciou que o maior problema é ter a garantia dessa moradia. Declarou que após o apoio dos projetos a situação tem aumentado a força nestas comunidades. Relatou que irá continuar nesta luta. A deputada Cida Ramos destacou que foram convidados para a presente Audiência Pública o gabinete do prefeito e as secretarias de Desenvolvimento Social, de Desenvolvimento Urbano e de Habitação, porém não compareceram. Em seguida, a senhora Ana Paula, representando a Base Interativa Habitação, fez os cumprimentos de praxe. Relatou que a Prefeitura e o Estado deveriam estar presente. Relatou que pessoas de baixa renda não possuem o direito de morar nesta cidade. Declarou que precisam, a partir dessa reunião, formular soluções para tratar desta problemática que afeta não só o município de João Pessoa, como toda a região metropolitana. Falou em seguida o Senhor João Batista, representando a ocupação “João Pedro Teixeira”. Na ocasião, ele relatou a relevância da defesa do direito à moradia e a necessidade da presença dos que defendem essa garantia, falou que a mudança dos direitos sociais perpassa pela força de vontade do povo em defender o direito à moradia, relatou a necessidade na discussão sobre o processo de ocupação e retirada das famílias no centro da cidade de João Pessoa, demonstrou preocupação com a retirada das casas dos moradores daquela região, fez críticas ao poder do capital e do poder imobiliário que tem comprado tudo e todos da cidade de João Pessoa, comentou ainda sobre o porquê da ocupação “João Pedro Teixeira”. Por fim, agradeceu a oportunidade no uso da fala. Na sequência, falaram as irmãs Raíssa e Rossana Holanda, representando o território “Porto do Capim em ação”. Primeiro, discursou Rossana, que parabenizou presença de todos e reforçou a necessidade dessas audiências públicas e recitou um poema intitulado “lugarzinho bem ali”, o qual retratou detalhes e lugares do Porto do Capim. Em seguida, usou da palavra Raíssa Holanda, que reforçou a fala no sentido de se defender e fortalecer o direito dos moradores ribeirinhos, destacou que a área é caracterizada pela tradição e territorialidade daquele povo, frisou o reconhecimento do Porto do Capim como patrimônio cultural e finalizou o discurso recitando um trecho de uma música que relata a história daquela região. Discursou em



seguida o Procurador Federal José Godoy, que, após cumprimento de praxe, iniciou o discurso frisando que a moradia é direito social que deve ser garantido por meio de política pública concreta e satisfatória, mostrou-se agradecido pela presença à presente Sessão dos membros representantes da Defensoria Pública da União e da Defensoria do Estado da Paraíba, relatou alguns casos de reintegração de posse de alguns moradores da cidade de João Pessoa, demonstrou preocupação com a situação do “enxotamento de pessoas” e com as prioridades da atual gestão municipal de João Pessoa e refutou toda e qualquer forma de criminalização da pobreza e de processo de “higienização” das pessoas, além de se mostrar contrário à forma arbitrária pela qual algumas pessoas têm sido despejadas de áreas públicas do Estado e da cidade de João Pessoa. Ele também demonstrou satisfação em trabalhar com profissionais das Defensorias, alguns membros do Legislativo e do Ministério Público Estadual, apontou que certos não municípios não querem implementar a executoriedade da lei nº. 13.465/2017 – que dispõe, entre outras coisas, sobre a regularização fundiária rural e urbana e a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, inviabilizando assim a geração de políticas públicas e o direito subjetivo ao título de propriedade. Por fim, o orador agradeceu a oportunidade no uso da fala. Depois, ocupou a tribuna a Senhora Fernanda Peres, representando a Defensoria Pública do Estado. Na ocasião, ela acostou-se à fala do seu antecessor, o Procurador José Godoy, mostrou satisfação em estar ao lado das partes mais vulneráveis, defendeu ser inadmissível que o poder econômico e financeiro prevaleça sobre os direitos dos mais necessitados e refutou todo pensamento de que o pobre não pode estar nos mesmos lugares que os ricos. Por fim, destacou que a Defensoria Pública era um aliado a mais na defesa dos direitos às necessidades básicas da parte hipossuficiente e concluiu o discurso citando trechos da música “comida”, da banda Titãs. Em seguida, discursou o Senhor Flávio Gomes, representante do movimento “Voz Popular”, que, após cumprimentar os presentes, fez críticas à ausência dos representantes do Governo do Estado, da prefeitura e do empresariado, lamentou a escassez do tempo da Sessão para o debate sobre o tema, saiu em defesa do direito à moradia e de uma João Pessoa sustentável. Na sequência, falou o Senhor Flávio Tavares, representante da Secretaria Nacional de Periferia do Ministério das Cidades, que relatou as políticas públicas urbanas e



periféricas já iniciadas e adotadas pelo Governo Federal nos Estados. Os membros, comentou que o foco do novo governo é a luta pelo direito à moradia e aos espaços urbanos e que o Ministério tem como agenda prioritária a urbanização das favelas e a proteção dos espaços mais vulneráveis, com o objetivo de eliminar alguns problemas existentes nesses locais. Ele destacou ainda que o Governo dará início ao programa “periferia viva”, que levará cultura, saúde e ciência aos territórios periféricos e frisou que o novo PAC possibilitará investimentos de mais de 10 bilhões para urbanização das áreas periféricas de todo o Brasil. Depois, discursou a Senhora Cláudia Alves, representante do acampamento Margarida Alves. Na ocasião, ela agradeceu aos presentes, apresentou algumas demandas e necessidades dos moradores e das famílias do assentamento, expôs sugestões para a resolução de alguns problemas da reutilização de algumas áreas públicas, exigiu o cumprimento da legislação do REURB - lei nº. 13.465/2017, solicitou auxílio e ajuda dos representantes do Governo do Estado, dos Poderes da República e do MPF. Concluiu o discurso agradecendo a oportunidade no uso da fala. Em seguida, falou o Dr. Edson, Defensor Público da União, que, após cumprimentar os presentes, ressaltou o resgate na essencialidade dos movimentos sociais, frisou a necessidade do reconhecimento da realidade dos moradores em situações de vulnerabilidade e em situações diversas de violação ao direito à moradia, a exemplo do povoado do Porto do Capim e das comunidades quilombolas e de todos os que estão sendo enxotados e retirados de áreas por grandes empresas e projetos urbanísticos. Ele salientou ainda a necessidade de solucionar o problema das pessoas que não possuem títulos de propriedade, mas têm direito subjetivo à regularização fundiária, repudiou toda e qualquer forma de despejo sem a ordem judicial, comentou que, no âmbito do Estado da Paraíba, existe uma Comissão Estadual por meio da qual ficou acertado o encaminhamento ao Governo do Estado de uma resposta à sugestão de um decreto estadual que regulamentará a ação da polícia militar nas ações de despejo coletivo. Por fim, ele citou uma decisão do Supremo Tribunal Federal, em uma Arguição de Preceito Fundamental (ADPF), na qual ficou determinada a criação de uma comissão com representantes dos poderes e das partes para que se discutam alternativas distintas ao despejo e falou da importância do cumprimento da lei nº. 13.465/2017 para garantir o direito à moradia. Falou



depois André Leite, em nome da Companhia Industrial do Sisal, que, inicialmente, destacou que a maioria dos movimentos sociais traduzem o anseio das pessoas na busca do direito à moradia, mas afirmou que havia uma distinção entre o assentamento Margarida Alves com outros tipos de assentamentos. Segundo o orador, aquele assentamento não possui características para a consolidação do direito à moradia popular e o que ficou constatado foi que lá havia uma atuação de desmatamento para fins de venda de lotes, além de ressaltar que existe uma medida liminar que determina a desocupação daquela área, de acordo com a legislação. Por fim, ele reforçou a existência da distinção entre o assentamento Margarida Alves e os demais movimentos. A Presidenta concedeu a palavra ao Senhor Getúlio Vargas Junior, Presidente da Confederação Nacional da Associação de Moradores e Coordenador da Comissão Cidade, que cumprimentou todos os presentes, afirmou que a fala que o antecedeu demonstra a tragédia que teria acontecido no Brasil se não fosse a Campanha Despejo Zero que conseguiu suspender por dois anos os despejos no Brasil. Informou que desde o início da Campanha existiam denúncias de violações de direitos, que o poder público precisa dialogar com a população para garantir o direito a moradia previsto na Constituição Federal, que todos precisam lutar para que os direitos sejam garantidos. Criticou o fato do poder executivo não estar presente na audiência, e afirmou que garantir moradia é garantir acessos a diversos outros direitos sociais para que a população viva com dignidade. O Senhor André Carneiro Leão, cumprimentou todos os presentes, parabenizou a Deputada Cida Ramos e o Vereador Marcos Henrique pela propositura da presente audiência, criticou a fala de Doutor André e informou que será recomendada a observância os diretrizes de direito humanos pelo fato de provocar as lideranças sociais que estão lutando por direitos e moradia. Disse que o Conselho Nacional de Direitos Humanos está realizando missões e denúncias a algum tempo, que foi constatado diversas violações de direitos humanos no Estado da Paraíba, que vai recomendar ao Ministério Público do Estado e Prefeitura de João Pessoa que revejam suas políticas em relação as comunidades e revejam os projetos de requalificação urbana. Falou que também será realizada recomendação para remapeamento de comunidades. Destacou que os direitos das comunidades estão assegurados em lei como a Declaração de Direitos Humanos e Constituição Federal, que a função da Comissão de



Direitos Humanos é utilizar a estrutura do conselho para unir e concluir recitando poesia de Patativa do Assaré. A Senhora Deise Ribeiro, representando a Campanha Despejo Zero, informou que é advogada da Organização de Direitos Humanos Terra de Direito, cumprimentou todos, falou que não pode admitir que pessoas sejam despejadas pelo Brasil, que lutar por direitos não é crime, que Estado não tem realizado reforma agrária e sim despejos, que precisa ampliar o diálogo com as instituições para executarem políticas públicas em conjunto com as comunidades e que reforça seu compromisso com todos na luta por direitos. A Senhor Luciano Anselmo cumprimentou todos, afirmou que é morador de comunidade desde os quatro anos de idade e cresceu tendo que provar que não é bandido, que o projeto do plano diretor da cidade de João Pessoa precisa começar pelos nos bairros, que a Campanha Despejo Zero precisa focar em ação do Supremo Tribunal Federal, que não pode deixar a Prefeitura de João Pessoa ganhar ação judicial para despejar a comunidade do Capim que existem desde a criação da cidade e que precisa ter benefícios e regularização. O Senhor Jones Cleiton, representando a Ocupação Mariza Silva, cumprimentou todos, falou que tem medo de sua comunidade ser despejada, que vem em público dizer que a comunidade existe, que residem quarenta e oito famílias, que pede responsabilidade da Prefeitura, que todos os dias acorda com a notícia que passou veículo da Prefeitura tirando foto, que tem medo de apanhar e ser jogado dentro de viatura. A Presidenta afirmou que a comunidade possui deputada e vereador. A Senhora Veronica, Conselheira Tutelar, cumprimentou todos, pediu que todos se lembrem de mãe Bernadete, e realizou a leitura do artigo quarto do Estatuto da Criança e do Adolescente. Informou que médico de saúde da família do Valentina relatou que crianças iram desenvolver doença de pele pelo fato de estarem expostas a fezes de pombos, que as crianças são violadas no direito a educação, saúde e comunitária, que a rede de proteção a criança e adolescente de João Pessoa não aceitará. O Senhor Anderson Oliveira, representante da Comunidade do Jacarapé dos Pescadores cumprimentou todos, informou que representa quarenta e oito famílias que foram despejas no dia vinte e quatro de março e as casas foram demolidas, que foi realizado acordo e foram traídos, que toda a ação de despejo foi filmada, que existiam pessoas que residiam a mais de vinte anos, que esta residindo na casa de amigo, que a imprensa não pode entrar para acompanhar as



ações, que as familiares trabalhavam com agricultura familiar, plantavam mudas nativas e protegiam o mangue. A Presidente informou que não tinha conhecimento da ação mencionada. A Senhora Karine Oliveira, Coordenadora do Instituto Soma Brasil, cumprimentou todos, afirmou que ontem ficou impactada com a violação de direitos, que a cidade de João Pessoa tem realizado acordo com empresários, que é a região metropolitana mais desigual e não existe gestão transparente e participativa e que a cidade que não asseguram dignidade humana não pode ser sustentável. O Senhor Rogério, advogado, cumprimentou todos, informou que as instituições possuem seus limites, que o sistema capitalista é responsável pela miséria do povo trabalhador e remoções forçadas, que usam a lei para expulsarem comunidades tradicionais e que não vai desistir enquanto a população não tenha moradia digna. O Senhor Pedro, cumprimentou todos, falou que ontem aconteceu a instalação de comissão na Defensoria Pública, que a audiência será referência para o mundo, que precisa desenvolvimento sustentável no Brasil para gerar emprego e renda. A Presidenta agradeceu a todas as comunidades pela participação na audiência, a missão da Comissão de Direitos Humanos, e aos servidores do Poder Legislativo, e afirmou que Assembleia cumpriu sua missão com a presente audiência. Declarou encerra a presente audiência. Lavrando a presente Ata, a redatora Anny Elizabeth Maia Cavalcanti Furtado, Assistente Legislativo, Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo e Paulo Fernando da Silva, Assistente Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, 25 de agosto de 2023.


Deputado Chió
Presidente